

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAPÁ – DETRAN/AP

Concurso Público para provimento de cargos de
Assistente Administrativo de Trânsito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A maior felicidade é quando a pessoa sabe porque é que é infeliz.

Verifique se este caderno:

- corresponde à sua opção de cargo.
- contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.

Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 (três) horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: Leia os **Textos 01 e 02** para responder às questões de números 1 a 11.

Texto 01



(Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/interna/>)

Texto 02

Inquilinos

1. *Ninguém é responsável pelo funcionamento do mundo. Nenhum de nós precisa acordar cedo para acender as caldeiras e checar se a Terra está girando em torno do seu próprio eixo na velocidade apropriada e em torno do Sol, de modo a garantir a correta sucessão das estações. Como num prédio bem administrado, os serviços básicos do planeta são providenciados sem que se exerça o síndico – e sem taxa de administração. Imagine se coubesse à humanidade, com sua conhecida tendência ao desleixo e à improvisação, manter a Terra na sua órbita e nos seus horários, ou se – coroando o mais delirante dos sonhos liberais – sua gerência fosse entregue a uma empresa privada, com poderes para remanejar os ventos e suprimir correntes marítimas, encurtar ou alongar dias e noites, e até mudar de galáxia, conforme as conveniências de mercado, e ainda por cima sujeita a decisões catastróficas, fraudes e falência.*

2. *É verdade que, mesmo sob o atual regime impessoal, o mundo apresenta falhas na distribuição dos seus benefícios, favorecendo alguns andares do prédio metafórico e martirizando outros, tudo devido ao que só pode ser chamado de incompetência administrativa. Mas a responsabilidade não é nossa. A infraestrutura já estava pronta quando nós chegamos. Apesar de tentativas como a construção de grandes obras que afetam o clima e redistribuem as águas, há pouco que podemos fazer para alterar as regras do seu funcionamento.*

3. *Podemos, isto sim, é colaborar na manutenção da Terra. Todos os argumentos conservacionistas e ambientalistas teriam mais força se conseguissem nos convencer de que somos inquilinos no mundo. E que temos as mesmas obrigações de qualquer inquilino, inclusive a de prestar contas por cada arranhão no fim do contrato. A escatologia cristã deveria substituir o Salvador que virá pela segunda vez para nos julgar por um Proprietário que chegará para retomar seu imóvel. E o Juízo Final, por um cuidadoso inventário em que todos os estragos que fizemos no mundo seriam contabilizados e cobrados.*

4. – *Cadê a floresta que estava aqui? – perguntaria o Proprietário. – Valia uma fortuna.*
 5. *E:*
 6. – *Este rio não está como eu deixei...*
 7. *E, depois de uma contagem minuciosa:*
 8. – *Estão faltando cento e dezessete espécies.*
 9. *A Humanidade poderia tentar negociar. Apontar as benfeitorias – monumentos, parques, áreas férteis onde outrora existiam desertos – para compensar a devastação. O Proprietário não se impressionaria.*
 10. – *Para que eu quero o Taj Mahal? Sete Quedas era muito mais bonita.*
 11. – *E a Catedral de Chartres? Fomos nós que construímos. Aumentou o valor do terreno em...*
 12. – *Fiquem com todas as suas catedrais, represas, cidades e shoppings, quero o mundo como eu o entreguei.*
 13. *Não precisamos de uma mentalidade ecológica. Precisamos de uma mentalidade de locatários. E do terror da indenização.*
- (Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 19-22)

1. De acordo com o **Texto 02**, o título **Inquilinos** refere-se

- (A) a qualquer pessoa desejosa de alugar um imóvel em boas condições.
- (B) a alguém responsável por investir no mercado imobiliário.
- (C) a qualquer pessoa que deve acordar cedo, para garantir o funcionamento das estações.
- (D) aos seres humanos que deverão manter a Terra na sua órbita.
- (E) aos que deverão ser convencidos de que estão apenas de passagem na Terra.



2. *Imagine se coubesse à humanidade, com sua conhecida tendência ao desleixo e à improvisação, manter a Terra na sua órbita e nos seus horários, ou se – coroando o mais delirante dos sonhos liberais – sua gerência fosse entregue a uma empresa privada, com poderes para remanejar os ventos e suprimir correntes marítimas, encurtar ou alongar dias e noites, e até mudar de galáxia, conforme as conveniências de mercado, e ainda por cima sujeita a decisões catastróficas, fraudes e falência (1º parágrafo).*
- Considerando os diferentes tipos de gêneros textuais, predomina no trecho acima a tipologia
- (A) narrativa
(B) descritiva
(C) argumentativa
(D) injuntiva
(E) instrutiva
-
3. De acordo com as ideias apresentadas nos **Textos 01 e 02**, com relação à questão do meio ambiente:
- I. os rios e florestas estão sendo destruídos.
II. o meio ambiente oferece tudo que precisamos.
III. as benfeitorias do homem compensam a devastação do meio ambiente.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I e II, apenas.
(B) I, II e III.
(C) II e III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) I, apenas.
-
4. Acerca dos trechos em destaque, está **INCORRETO** o que consta de:
- (A) Em *Ninguém é responsável pelo funcionamento do mundo*, os termos essenciais da oração estão dispostos em ordem direta.
(B) Em *Nós precisamos acordar cedo para acender as caldeiras*, tem-se um sujeito composto.
(C) Em *Os serviços básicos do planeta são providenciados sem que se enxergue o síndico*, tem-se um exemplo de sujeito plural.
(D) Em *se coubesse à humanidade (...) manter a Terra na sua órbita*, tem-se um verbo no subjuntivo.
(E) Em *O mundo apresenta falhas na distribuição dos seus benefícios*, tem-se uma oração com um verbo no indicativo seguido de objeto direto.
-
5. As formas verbais *precisamos* (**Texto 01**, primeiro quadrinho) e *precisamos* (**Texto 02**, 13º parágrafo) estão empregadas, respectivamente, no
- (A) pretérito perfeito e no futuro do pretérito.
(B) futuro do presente e no presente.
(C) presente e no presente.
(D) imperativo e no pretérito imperfeito.
(E) pretérito imperfeito e no presente.
-
6. Na frase *A infraestrutura já estava pronta quando nós chegamos*, a palavra sublinhada introduz uma oração com ideia de
- (A) tempo.
(B) concessão.
(C) causa.
(D) condição.
(E) proporção.
-
7. O pronome "o", em *quero o mundo como eu o entreguei*, exerce a mesma função sintática que o pronome sublinhado em:
- (A) João ofereceu-lhe uma taça de vinho durante a festa.
(B) Por favor, não esqueça de me deixar o dinheiro!
(C) As pessoas a viram saindo da festa furtivamente.
(D) Maria me ofertou o livro.
(E) Pareceu-lhe que estava chorando.



8. Em *Apesar de tentativas como a construção de grandes obras que afetam o clima e redistribuem as águas, há pouco que podemos fazer para alterar as regras do seu funcionamento*, o trecho destacado expressa uma
- (A) finalidade.
(B) restrição.
(C) explicação.
(D) concessão.
(E) consequência.

9. A escatologia cristã deveria substituir o Salvador que virá pela segunda vez para nos julgar por um Proprietário que chegará para retomar seu imóvel. E o Juízo Final, por um cuidadoso inventário em que todos os estragos que fizemos no mundo seriam contabilizados e cobrados. (3º parágrafo)

Os pronomes sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- (A) escatologia cristã – imóvel – cuidadoso – todos
(B) escatologia cristã – proprietário – Juízo Final – todos
(C) escatologia cristã – proprietário – inventário – estragos
(D) Salvador – proprietário – inventário – estragos
(E) Salvador – imóvel – inventário – todos
10. No **Texto 02**, o cronista dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:
- (A) *Ninguém é responsável pelo funcionamento do mundo* (1º parágrafo).
(B) *o mundo apresenta falhas na distribuição dos seus benefícios* (2º parágrafo).
(C) *O Proprietário não se impressionaria* (9º parágrafo).
(D) *A Humanidade poderia tentar negociar* (9º parágrafo).
(E) *Imagine se coubesse à humanidade* (1º parágrafo).

11. Acerca da tirinha (**Texto 01**), é correto afirmar que

- (A) apenas a linguagem verbal é o elemento principal para seu entendimento.
(B) o uso simultâneo das linguagens verbal e não verbal colabora para sua compreensão.
(C) a sequência cronológica apresentada nos quadrinhos não influencia no entendimento da tirinha.
(D) a linguagem verbal dificulta o entendimento da ideia central da tirinha.
(E) o uso da linguagem verbal não faz diferença para a compreensão da tirinha.

- 12.



(Disponível em: [Reprodução/Facebook/Tirinhas da Mafalda/veja SP](#))

A respeito da tirinha acima, considere as seguintes afirmativas.

- I. No segundo quadrinho, a palavra "por que" introduz uma causa.
II. No primeiro quadrinho, o pronome "este" é empregado para indicar algo que está próximo do falante.
III. No terceiro quadrinho, "porque" é grafado desta forma pois denota explicação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I, apenas.



Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 13 e 14.

– Adorei, vô Ignácio! Mas conta: como era sacar o dinheiro?

Contei, porque fui tanto a banco! A pessoa chegava a um balcão, entregava o cheque a um atendente. Se fosse saque pessoal, precisava mostrar a identidade. Recebia uma ficha de metal, oval ou retangular, pesada. Ia para outra fila ou esperava sentada num banco – ou em pé mesmo –, rondando os caixas, que ficavam atrás de guichês com grades. Em geral grades douradas, brilhantes – as faxineiras passavam sapólio toda manhã. Enquanto isso, o bancário conferia a assinatura do cheque num livro grande ou em fichas dispostas em arquivos de madeira ou aço. Fazia uma pequena marcação, um OK, e passava a outro funcionário, que consultava o saldo da pessoa. Conferia e já anotava o cheque, a quantia, a retirada e o saldo que restava na conta. Passava o cheque a um terceiro, que rubricava e levava ao caixa. Este conferia o documento – como diziam –, chamava o número do cliente, pagava. Havia uma coisa notável naquele tempo... Repito, naquele tempo. Pessoas levavam sacola, ou caixa de sapato, tal a quantia sacada. Colocavam tudo ali e saíam para rua, frescos e maneiros. Por outro lado, vez ou outra havia longa espera, porque o sujeito vinha depositar imensas quantias em notas e o caixa ficava ali conferindo, somando. Eu me lembro de sacos de dinheiro na boca do caixa. Via-se de tudo, notas amassadas, amarfanhadas, engorduradas. Hoje é tudo mais saudável, asséptico.

(BRANDÃO, Inácio de Loyola. Para desfrutar o hoje, é bom saber do ontem. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>)

13. Considerando que se podem encontrar várias tipologias textuais em um texto, embora haja o predomínio de uma delas, no texto acima, a tipologia textual predominante é a
- (A) narrativa, porque conta uma história baseada em fatos reais da relação avô e neto.
 - (B) descritiva, porque informa as características de uma sociedade em desenvolvimento.
 - (C) expositiva, porque explica o pensamento do avô a respeito das relações entre as pessoas no seu tempo de mocidade.
 - (D) argumentativa, porque em todo o texto percebe-se a defesa do ponto de vista do avô contra o pensamento do neto.
 - (E) injuntiva, porque o avô pretende dar instruções ao neto de como viver nos novos tempos.
-
14. A frase *Eu me lembro de sacos de dinheiro na boca do caixa*, está corretamente transposta para o discurso indireto em:
- (A) Ele disse que se lembrava de sacos de dinheiro na boca do caixa.
 - (B) Eu digo que me lembro de sacos de dinheiro na boca do caixa.
 - (C) Ele disse: – Eu me lembrei de sacos de dinheiro na boca do caixa.
 - (D) Eu disse que se lembraria de sacos de dinheiro na boca do caixa.
 - (E) Ele disse que se lembra de sacos de dinheiro na boca do caixa.

Raciocínio Lógico-Matemático

15. Um bolo pesa 1600 gramas. Ele foi cortado em 5 pedaços, sendo um deles mais pesado e os outros quatro com o mesmo peso. O pedaço maior tem o mesmo peso dos quatro pedaços menores juntos. O peso do pedaço maior, em gramas, é
- (A) 200
 - (B) 800
 - (C) 400
 - (D) 1000
 - (E) 1200



16. Em um consultório dentário anota-se diariamente o nome do paciente, o horário de início e término de cada consulta. A tabela a seguir mostra as consultas realizadas em um dia.

Paciente	Início	Término
A	10h45	11h20
B	11h30	12h15
C	14h	14h40
D	15h10	15h40
E	16h05	17h00

O tempo médio, em minutos, de uma consulta foi

- (A) 40
(B) 35
(C) 42
(D) 45
(E) 41
17. Ana, Bruno, Carla e Davi conquistaram as quatro primeiras posições de um torneio de xadrez e receberam as pontuações 1, 2, 3 e 4, não necessariamente nessa ordem. A soma das pontuações de Ana, Bruno e Davi é 6 e a soma das pontuações de Bruno e Carla também é 6. Podemos corretamente afirmar que
- (A) Davi ficou em 3º lugar.
(B) Carla ficou em 2º lugar.
(C) Davi ficou em 1º ou 3º lugar.
(D) Bruno ficou em 1º ou 3º lugar.
(E) Ana ficou em 1º lugar.

18. A soma $A + B + C$ dos números A , B e C tais que os produtos $A \times B = 24$, $B \times C = 72$ e $A \times C = 48$, é:

- (A) 22
(B) 32
(C) 45
(D) 12
(E) 30

19. Uma complementação de orçamento foi recebida para ser dividida entre colaboradores de um projeto. Se a cota de cada um for R\$ 250,00, faltará R\$ 100,00; se a complementação fosse acrescida de R\$ 3.000,00, a cota poderia ser de R\$ 350,00 e mais dois colaboradores poderiam receber o auxílio. O valor da complementação inicial foi:

- (A) R\$ 5.400,00
(B) R\$ 3.900,00
(C) R\$ 4.300,00
(D) R\$ 5.800,00
(E) R\$ 4.400,00

20. Dois produtos são oferecidos com seus preços unitários e promocionais segundo a tabela abaixo.

	Preço unitário	Preço Promocional
Produto A	R\$ 50,00	Leve 3 e pague 2
Produto B	R\$ 25,00	Leve 10 e pague 8

Um comprador optou pelos preços promocionais e adquiriu 3 unidades do produto A e 10 unidades do produto B. Ele economizou, em relação ao custo original:

- (A) 20%
(B) 10%
(C) 15%
(D) 25%
(E) 30%

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Aline, adolescente possuidora de limitação visual, teve a sua matrícula no ensino médio da rede pública recusada, sob o argumento de que sua necessidade especial de ser assistida e acompanhada não poderia ser atendida em razão da ausência de professor de apoio qualificado em sala de aula. Diante da situação hipotética acima mencionada, o remédio constitucional que Aline poderá usar para conseguir valer o seu direito à educação é
- (A) o mandado de injunção.
 - (B) o *habeas corpus*.
 - (C) o mandado de segurança.
 - (D) o *habeas data*.
 - (E) a ação civil pública.
-
22. Adão, prefeito de uma cidade do interior do Estado, após uma visita à Inglaterra, impressionado com a “mão inglesa”, em que o lado do condutor do veículo é o direito e os automóveis trafegam à esquerda das vias, resolve tomar providências para adotar o mesmo sistema no seu município. Após consultar a Procuradoria do Município, esta, baseada no ordenamento jurídico e nas decisões dos tribunais superiores, orientou o prefeito de que a lei seria
- (A) constitucional, pois, diante da ausência de lei federal regulando o assunto, cabe aos estados e municípios exercerem a competência legislativa plena.
 - (B) constitucional, pois a competência é privativa do município por se tratar de assunto de interesse local.
 - (C) constitucional, pois a competência para legislar sobre trânsito e transporte é concorrente.
 - (D) inconstitucional, por ferir o princípio da Federação.
 - (E) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre trânsito em transporte.
-
23. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, asseguradas apenas a plenitude de defesa, a publicidade das votações e a soberania dos veredictos.
 - (B) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
 - (C) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período pré-escolar.
 - (D) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime político, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
 - (E) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar.
-
24. Segundo a Constituição Federal, a competência para apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão é exclusiva do(a)
- (A) Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Câmara dos Deputados.
 - (C) Presidente da República.
 - (D) Senado Federal.
 - (E) Congresso Nacional.
-
25. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal,
- (A) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que haja autorização dos órgãos públicos.
 - (B) medida provisória poderá dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.
 - (C) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - (D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (E) o Banco Central poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira, para a fiel execução dos orçamentos.



26. Relativamente ao ato administrativo, um dos seus elementos, denominado "objeto", é
- (A) pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato.
 - (B) como o ato deve ser praticado, observadas as exigências legais.
 - (C) o resultado que a Administração quer alcançar com o ato.
 - (D) o efeito jurídico imediato que o conteúdo do ato produz.
 - (E) aquele a quem a lei atribui a incumbência para a prática do ato.
-
27. No que toca à Administração Pública, o controle judicial poderá ser exercido por meio de
- (A) recurso hierárquico próprio e impróprio.
 - (B) mandado de segurança individual e coletivo.
 - (C) reclamação administrativa.
 - (D) pedido de reconsideração.
 - (E) pedido de revisão.
-
28. No âmbito da Administração Pública, são exemplos de agentes políticos:
- (A) Prefeitos, Governadores e Servidores Públicos.
 - (B) Governadores, Senadores e Empregados Públicos Comissionados.
 - (C) Prefeitos, Governadores e Senadores.
 - (D) Prefeitos, Senadores e Servidores Públicos.
 - (E) Prefeitos, Senadores e Empregados Públicos Comissionados.
-
29. Nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Regula o acesso a informação), são exemplos de pessoas jurídicas que devem se subordinar aos seus ditames:
- (A) Empresas públicas, empresas privadas com fins lucrativos e sociedades de economia mista.
 - (B) Empresas privadas com fins lucrativos, sociedades de economia mista e fundações públicas.
 - (C) Fundações públicas, autarquias e empresas privadas com fins lucrativos.
 - (D) Autarquias, empresas privadas com fins lucrativos e fundações públicas.
 - (E) Empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias.
-
30. Relativamente à tipificação de improbidade administrativa, verifica-se que incide
- (A) em face daquele que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade, mesmo não sendo agente público.
 - (B) em face daquele que induza ou concorra culposa e dolosamente para a prática do ato de improbidade, mesmo não sendo agente público.
 - (C) quando o agente público der causa culposamente ao ato de improbidade.
 - (D) quando o agente público causar, culposa e dolosamente, prejuízo à Administração.
 - (E) apenas se agente público cometer ato de improbidade que enseje enriquecimento ilícito.
-
31. De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 1.453/2010, do Estado do Amapá, que transformou o Detran em autarquia,
- (A) a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) é um órgão deliberativo, consultivo e normativo nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, e terá composição, estrutura, organização e funcionamento definidos no seu Regimento Interno aprovado pelo Governador do Estado.
 - (B) o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) é um órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo DETRAN, e terá composição, estrutura, organização e funcionamento definidos por Regimento Interno aprovado pelo Conselho Estadual de Trânsito.
 - (C) a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) é uma unidade operacional desconcentrada com competência para recepcionar e tramitar processos de baixa complexidade em estabelecimentos públicos ou privados onde haja grande circulação populacional.
 - (D) a Agência de Trânsito é a unidade operacional desconcentrada com competência para realizar as operações relativas a veículos e fiscalização de trânsito, por delegação do Diretor-Presidente.
 - (E) o Posto de Atendimento é a unidade operacional desconcentrada com competência para realizar as operações relativas a veículos, condutores, fiscalização, educação e sinalização de trânsito por delegação do Diretor-Presidente.



32. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 623/2016, do CONTRAN, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título,
- (A) o condutor do veículo flagrado, caso não seja habilitado ou, ainda, não seja o proprietário que conste do registro, deverá informar os dados do real proprietário a fim de que este seja formalmente notificado para receber o termo de recolhimento ou documento equivalente.
 - (B) a notificação do recolhimento do veículo devolvida por desatualização do endereço do proprietário ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.
 - (C) quando o proprietário ou condutor presente no momento do recolhimento se recusar a assinar o termo de recolhimento somente se considerará notificado caso haja duas testemunhas presentes no local aptas a certificar a referida recusa.
 - (D) caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a notificação poderá ser feita por edital, a partir do qual passarão a contar os 30 dias para a alienação por leilão.
 - (E) em caso de veículo transportando carga de produto perigoso ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, a remoção imediata não poderá ocorrer em nenhuma hipótese, por questões de segurança.
-
33. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 789/2020, do CONTRAN, que dispõe sobre normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos, constitui falta grave, no Exame de Direção Veicular para veículos das categorias B, C, D e E,
- (A) usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
 - (B) fazer conversão incorretamente.
 - (C) não usar devidamente o cinto de segurança.
 - (D) colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
 - (E) interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova.
-
34. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 789/2020, do CONTRAN, que dispõe sobre normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos, constitui falta eliminatória, no Exame de Direção Veicular para obtenção da ACC ou para a categoria A,
- (A) descumprir o percurso estabelecido.
 - (B) deixar de colocar um pé no chão e o outro no freio ao parar o veículo.
 - (C) invadir qualquer faixa durante o percurso.
 - (D) fazer incorretamente a sinalização ou deixar de fazê-la.
 - (E) fazer o percurso com o farol apagado.
-
35. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, todo condutor, ao perceber que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo, deverá, se estiver circulando
- (A) pela faixa da direita, manter-se nela acelerando a marcha.
 - (B) pela faixa da esquerda, deslocar-se para a faixa da direita, sem acelerar a marcha.
 - (C) pela faixa da direita, deslocar-se para a faixa da esquerda, sem acelerar a marcha.
 - (D) pela faixa da esquerda, manter-se nela acelerando a marcha.
 - (E) em qualquer outra faixa que não a da esquerda, manter-se nela, acelerando a marcha.
-
36. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre normas de circulação e conduta,
- (A) em nenhuma hipótese o condutor poderá ultrapassar veículos nos trechos em curvas, em acíves sem visibilidade suficiente e nas pontes e viadutos.
 - (B) o condutor que tenha o propósito de ultrapassar um veículo de transporte coletivo que esteja parado, efetuando embarque ou desembarque de passageiros, deverá acelerar, com o objetivo de concluir a manobra no menor tempo possível.
 - (C) o condutor que for ingressar numa via, procedente de um lote lindeiro a essa via, terá a preferência aos demais veículos e/ou pedestres que por ela estejam transitando.
 - (D) é permitida a ultrapassagem do condutor nas interseções e suas proximidades.
 - (E) antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.
-
37. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre normas de circulação e conduta relativas ao uso de luzes em veículo,
- (A) os veículos que não dispuserem de luzes de rodagem diurna deverão manter acesos os faróis nas rodovias de pista simples situadas fora dos perímetros urbanos, somente durante a noite.
 - (B) o condutor utilizará o pisca-alerta quando o veículo estiver parado para fins de embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga de mercadorias.
 - (C) os veículos de transporte coletivo de passageiros, quando circularem em faixas ou pistas a eles destinadas, e as motocicletas, motonetas e ciclomotores deverão utilizar-se de farol de luz alta durante o dia e à noite.
 - (D) nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo.
 - (E) a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a presença de radares fixos ou móveis ou fiscalização na via.



38. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre normas de circulação e conduta,
- (A) nas paradas, operações de carga ou descarga e nos estacionamentos, o veículo sempre deverá ser posicionado no sentido contrário ao fluxo, paralelo ao bordo da pista de rolamento e junto à guia da calçada (meio-fio).
 - (B) estando a indicação luminosa do semáforo favorável, o condutor poderá entrar em uma interseção, ainda que haja a possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal.
 - (C) nas vias internas pertencentes a condomínios constituídos por unidades autônomas, a sinalização de regulamentação da via será implantada após aprovação dos projetos pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via que deverá, ainda, arcar com os custos de sua implantação.
 - (D) o condutor de veículo poderá fazer uso de buzina, desde que em toque breve, em áreas urbanas, quando for conveniente advertir a um condutor que se tem o propósito de ultrapassá-lo.
 - (E) quando proibido o estacionamento na via, a parada deverá restringir-se ao tempo indispensável para embarque ou desembarque de passageiros, desde que não interrompa ou perturbe o fluxo de veículos ou a locomoção de pedestres.

39. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre normas de circulação e conduta,
- (A) os ciclomotores devem ser conduzidos pela esquerda da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à esquerda ou no bordo esquerdo da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada.
 - (B) nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no sentido contrário da circulação regulamentado para a via.
 - (C) os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.
 - (D) os veículos de tração animal serão conduzidos pela direita da pista, junto à guia da calçada (meio-fio) ou acostamento, sendo proibida a sua circulação pelo acostamento.
 - (E) os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados em assento suplementar atrás do condutor, sendo proibida a sua condução em carro lateral acoplado aos veículos.

40. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, existe uma velocidade máxima permitida para a via, que será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Contudo, onde não existir sinalização regulamentadora, nas vias urbanas, a velocidade máxima será de:

- I. quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido;
- II. quilômetros por hora, nas vias arteriais;
- III. quilômetros por hora, nas vias coletoras;
- IV. quilômetros por hora, nas vias locais.

As lacunas I, II, III e IV se preenchem correta e respectivamente com:

	I	II	III	IV
A	80	60	40	30
B	70	50	30	20
C	90	70	50	40
D	80	50	40	25
E	70	60	30	20

41. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, existe uma velocidade máxima permitida para a via, que será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Contudo, onde não existir sinalização regulamentadora, nas vias rurais, a velocidade máxima será de,

- I. nas rodovias de pista dupla: quilômetros por hora, para automóveis, camionetas, caminhonetes e motocicletas; e para os demais veículos;
- II. nas rodovias de pista simples quilômetros por hora, para automóveis, camionetas, caminhonetes e motocicletas; e para os demais veículos;
- III. nas estradas: quilômetros por hora.

As lacunas I, II, III, IV e V se preenchem correta e respectivamente com:

	I	II	III	IV	V
A	110	90	100	90	60
B	120	90	110	80	70
C	110	80	100	70	70
D	100	80	90	80	50
E	110	90	90	70	60



42. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre a condução de veículos por motoristas profissionais,
- (A) serão observados 30 minutos para descanso a cada 6 horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção.
 - (B) é vedado ao motorista profissional dirigir por mais de seis horas ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.
 - (C) entende-se como tempo de direção ou de condução apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante, em curso entre a origem e o destino.
 - (D) será observada uma hora para descanso dentro de cada 8 horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção.
 - (E) a guarda, a preservação e a exatidão das informações contidas no equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e de tempo são de responsabilidade da pessoa jurídica transportadora de cargas ou coletivo de passageiros, embarcadora, consignatária de cargas, operadora de terminais de carga, operadora de transporte multimodal de cargas ou agente de cargas.

43. Analise as assertivas abaixo:

- I. ter idade superior a 25 anos.
- II. ser habilitado na categoria D.
- III. ser julgado apto em Teste de Aptidão Física (TAF).
- IV. não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses.
- V. ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran.

De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, acerca da condução de escolares, está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II e III.
- (E) II, IV e V.

44. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, o exame de aptidão física e mental dos condutores habilitados, a ser realizado no local de residência ou domicílio do examinado, será preliminar e renovável com a seguinte periodicidade:

- I. a cada I anos, para condutores com idade inferior a 50 anos;
- II. a cada II anos, para condutores com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 70 anos;
- III. a cada III anos, para condutores com idade igual ou superior a 70 anos.

As lacunas I, II e III se preenchem correta e respectivamente com:

	I	II	III
A	5	3	2
B	10	5	3
C	8	5	2
D	10	8	2
E	5	4	3

45. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre habilitação

- (A) o exame toxicológico para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação buscará aferir o consumo de substâncias psicoativas que, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção e deverá ter janela de detecção mínima de 180 dias, nos termos das normas do Contran.
- (B) somente os condutores das categorias de habilitação D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
- (C) ao candidato aprovado na habilitação será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término desse prazo, desde que ele não tenha cometido nenhuma infração de natureza gravíssima ou seja reincidente em infração grave.
- (D) a Carteira Nacional de Habilitação, expedida em meio físico e digital, de acordo com as especificações do Contran, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterà fotografia, identificação e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional.
- (E) o condutor condenado por delito de trânsito deverá ser submetido a novos exames para que possa voltar a dirigir, de acordo com as normas estabelecidas pelo Contran, exceto quando reconhecida a prescrição, em face da pena concretizada na sentença.



46. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, dirigir veículo
- (A) com Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor cassada ou com suspensão do direito de dirigir, é infração média.
 - (B) sem possuir Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor, é infração grave.
 - (C) sem usar lentes corretoras de visão, aparelho auxiliar de audição, de prótese física ou as adaptações do veículo impostas por ocasião da concessão ou da renovação da licença para conduzir, é infração gravíssima.
 - (D) com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo, é infração grave.
 - (E) sem possuir os cursos especializados ou específicos obrigatórios, é infração média.
-
47. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, é infração de natureza leve
- (A) ter seu veículo imobilizado na via por falta de combustível.
 - (B) atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias.
 - (C) dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança.
 - (D) deixar de dar passagem pela esquerda, quando solicitado.
 - (E) deixar de guardar a distância lateral de um metro e cinquenta centímetros ao passar ou ultrapassar bicicleta.
-
48. As amigas Thelma e Louise resolveram, cada uma com seu veículo, fazer compras no centro da cidade. Com medo de não conseguirem comprar tudo o que precisavam antes do fechamento dos estabelecimentos comerciais, com pressa, Thelma resolve estacionar seu automóvel sobre faixa destinada a pedestre, enquanto Louise decide estacionar sobre uma ciclovia ali existente. De acordo com a situação hipotética acima mencionada, e com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, em tese, Thelma e Louise praticaram, respectivamente, infrações de natureza
- (A) gravíssima e gravíssima.
 - (B) grave é média.
 - (C) gravíssima e grave.
 - (D) gravíssima e média.
 - (E) grave e grave.
-
49. Atrasado para o trabalho e irritado com a vagarosidade do trânsito, Rubens nota que uma ambulância, com luzes intermitentes e alarme sonoro indicando emergência e prioridade de passagem, se aproxima de seu veículo, na pista ao lado. Enxergando ali uma oportunidade de se livrar do congestionamento de veículos, se posiciona logo atrás da ambulância, passando a segui-la. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, Rubens
- (A) praticou infração gravíssima de trânsito.
 - (B) praticou infração grave de trânsito.
 - (C) praticou infração média de trânsito.
 - (D) não praticou qualquer infração prevista em lei.
 - (E) praticou crime previsto na legislação de trânsito.
-
50. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, a cada infração de trânsito cometida são computados os seguintes números de pontos:
- I. gravíssima: I pontos;
 - II. grave: II pontos;
 - III. média: III pontos;
 - IV. leve: IV pontos.

As lacunas I, II, III e IV se preenchem correta e respectivamente com:

	I	II	III	IV
A	7	5	4	3
B	8	7	6	5
C	7	4	3	2
D	8	6	5	4
E	7	6	5	3